

Brasília, 10 de abril de 2026

Seleção

Sumário

CenárioMT online

Quinta-feira, 09 de abril de 2026 | Marco regulatório | INPI

Inteligência artificial avança, mas enfrenta desafios na propriedade intelectual 3

InfoMoney - Online

Quinta-feira, 09 de abril de 2026 | Propriedade Intelectual

Startups: Propriedade intelectual 'made in Brazil' puxa nova fase de M&As 5

MSN Notícias

Quinta-feira, 09 de abril de 2026 | Direitos Autorais

Consumo de games estabiliza e jogadores se preocupam com uso de IA na criação 7

Quinta-feira, 09 de abril de 2026 | Direitos Autorais

Youtubers processam a Apple por usar vídeos para treinar IA sem autorização 8

Mundo do Marketing

Quinta-feira, 09 de abril de 2026 | Patentes

HPE obtém licença de patentes oferecidas através do grupo Sisvel Wi-Fi Multimode 9

Terra - Notícias

Quinta-feira, 09 de abril de 2026 | Marco regulatório | INPI

Ícones dos anos 70, chicletes Ping Pong e Ploc têm registros cancelados após ano... 10

Exame.com

Quinta-feira, 09 de abril de 2026 | Pirataria | Biopirataria

Uma Embrapa para a biodiversidade brasileira 11

UOL Notícias

Quinta-feira, 09 de abril de 2026 | Patentes

O que esperar com o fim da patente do Ozempic? 14

Veja.com

Quinta-feira, 09 de abril de 2026 | Marco regulatório | INPI

INPI bate recorde em pedidos de marcas em 2025 16

NSC Total

Quinta-feira, 09 de abril de 2026 | Propriedade Intelectual

Fruta patenteada: por que plantar uma variedade protegida pode render multa e até... 17

Zero Hora - Últimas Notícias

Quinta-feira, 09 de abril de 2026 | ABPI

Impasse na cobrança de royalties da soja deve ter desdobramento em Brasília 18

Inteligência artificial avança, mas enfrenta desafios na propriedade intelectual



O avanço da Inteligência Artificial (IA) tem provocado uma série de debates sobre os limites da autoria e da **propriedade intelectual**. Com a popularização de ferramentas que geram textos, imagens e vídeos a partir de comandos humanos, surgem dúvidas: de quem são os direitos sobre esses conteúdos? Do usuário que acionou a IA, do desenvolvedor da IA ou da própria IA?

Para Rogério Passos, sócio da Link3, empresa especializada em marketing digital, a discussão vai além da técnica. "Esse tema traz grandes debates, que vão desde questões éticas até jurídicas, como o **direito autoral** de quem produz esses materiais", afirma. Segundo ele, é comum que inovações despertem receios. "É da natureza humana reagir com medo ou exagerar riscos. Mas será que isso é justificável?", questiona.

De forma simplificada, a IA pode ser entendida como a capacidade de máquinas reproduzirem habilidades humanas, como raciocínio, aprendizado e criatividade. No entanto, essas tecnologias ainda operam a partir de dados passados e instruções humanas, sem gerar conteúdos totalmente originais.

"O verdadeiro desafio da IA está na substituição da inteligência operacional, e não na criação de conceitos originais. Isso torna a autoria dos conteúdos um ponto crítico: se uma máquina gera um texto baseado em orientações humanas ou em conteúdos preexistentes, a quem pertence essa produção?",

explica Passos.

Visão jurídica do tema

A resposta desta questão não é simples, segundo a especialista em **direito autoral** Rosa Sborgia, sócia da Bicudo & Sborgia **Marcas** e **Patentes**. Ela explica que a ascensão da Inteligência Artificial (IA) levanta questões complexas.

Ela conta que em casos de textos, por exemplo, não é considerado plágio quando se utiliza a Inteligência Artificial para a elaboração de um texto com base em outros, desde que sejam seguidas as regras vigentes de **direito autoral**. Assim, ao fazer uma nova versão de um texto já existente, não se correrá risco desde que não ocorram cópias.

"Lógico que temos que ter em mente que a lei é algo que pode mudar de acordo a novas realidades e é bem possível que ocorrem ajustes na legislação em relação ao tema nos próximos anos", alerta Rosa Sborgia. Mas, muito além disso, a IA tem desempenhado um papel significativo em várias áreas empresariais, incluindo a indústria, e muitas inovações são atribuídas exclusivamente à IA, sem intervenção humana. "A legislação brasileira da **propriedade intelectual**, especialmente a Lei 9.279/96, vincula a invenção a pessoas físicas que efetivamente atuaram na criação da inovação por meio de ação humana. Criações artísticas ou industriais, sem a criação humana, não tem sido aceita por diferentes países, como passíveis de proteções no regime da **propriedade intelectual**. Tenha-se como referência, a famosa disputa entre o fotógrafo David Slater e a organização de proteção animal PETA em relação a uma foto tirada por um macaco, Naruto, por meio de uma câmera", explica Rosa Sborgia.

Ela complementa que, infelizmente, a legislação brasileira vigente não está preparada para regulamentar as criações geradas pela IA. A Lei da **Propriedade Industrial** brasileira foi promulgada em 1996, antes da explosão da IA. A Lei de **Direitos Autorais** (Lei nº 9.610/98) e a Lei de Software (Lei nº 9.609/98) também datam de 1998. O Acordo sobre os Aspectos dos Direitos da **Propriedade Intelectual** Relacionados ao Comércio (Acordo

Trips) é de 1995.

"O Brasil carece de legislação recente que aborde a legitimidade de a IA ser considerada uma inventora, ao lado de seres humanos. Assim, é inevitável que o marco legal amadureça. É fundamental que diferentes Estados se envolvam na redação de leis que abordem a proteção da **propriedade intelectual** no contexto da IA, especificamente na **propriedade industrial**", conta Rosa Sborgia.

A Procuradoria do **Instituto Nacional da Propriedade Industrial** chegou à conclusão de que, no Brasil, a IA não pode ser nomeada como inventora de uma **patente**, respaldada pela legislação, na

Convenção da União de Paris e no Acordo Trips. Embora haja projetos de lei em tramitação no Congresso, eles ainda não enfatizam a nomeação da IA como inventora.

Portanto, no Brasil, o entendimento atual é que o inventor é uma pessoa física - um ser humano que desempenhou um papel no desenvolvimento do objeto inovador. Pedidos de patentes que identificam a IA como inventora são rejeitados, aguardando uma evolução na legislação para abordar essa questão em constante crescimento.

Startups: Propriedade intelectual 'made in Brazil' puxa nova fase de M&As;



O que é que o Brasil tem

Quando se pensa em exportação no Brasil, os primeiros produtos que vêm à mente são commodities como a soja ou proteínas animais. Mas a Centria Partners, boutique de M&A; especializada em tecnologia e mídia, aponta para uma nova tendência do mercado brasileiro: a exportação de **propriedade intelectual**.

"O Brasil é um hub de novos nomes, novas propriedades intelectuais que surgem a cada dia, a cada momento", afirma Patrick Cannell, sócio e diretor-geral da Centria Partners. "Tem muito capital estrangeiro sendo alocado no Brasil, seja por estratégicos ou fundos".

Dos mais de 90 negócios assessorados pela boutique, entre 60% e 70% foram vendas completas de empresas. E um dado revela o tamanho do apetite externo pelo que o Brasil produz: 60% a 65% dessas operações foram transações cross-border, segundo o executivo.

Para entender o que a Centria enxerga nessa mudança, vale começar pela razão pela qual a boutique foi criada, há cerca de 15 anos. "A gente nasceu para precificar o que muitas vezes não conseguimos colocar num balanço patrimonial", explica Patrick, citando como exemplo ativos intangíveis, como tecnologia e **propriedade intelectual**.

Ele menciona o caso da Netflix, que não tem como ativo mais valioso seus estúdios, mas sim o seu catálogo. Ou seja, a **propriedade intelectual** que a empresa detém e que gera receita de forma recor-

rente ao redor do mundo.

A mesma lógica se aplica ao mercado musical. Quando fundos levantam bilhões para adquirir direitos de artistas, não estão comprando equipamentos nem estrutura física. Estão comprando royalties futuros, isto é, o direito de ser remunerado por aquela **propriedade intelectual** cada vez que ela for reproduzida num streaming, usada num comercial ou licenciada para qualquer outra finalidade. "Eles não estão comprando uma fábrica", resume. "Isso traz um componente que é um ativo com fluxo de caixa recorrente, previsível e que vai se valorizar ao longo do tempo."

'Brazilian engineering': o plano da VTEX para exportar tecnologia brasileira

O que é que o Brasil tem

O Brasil sempre foi reconhecido por sua capacidade criativa. Mas Patrick acredita que o país está entrando em uma fase mais madura, não apenas gerando cultura e tecnologia para consumo interno, mas estruturando propriedades intelectuais que atraem capital institucional global.

"O Brasil tem muita criatividade, tem uma economia que muitas vezes surge do informal e vai para o formal", diz.

A Centria opera em tecnologia, com histórico relevante em fintechs, e em mídia e entretenimento - setores que Patrick enxerga como as maiores teses de criação de valor para a próxima década. Em tecnologia, o Brasil já demonstrou que é capaz de criar soluções que competem globalmente, como o Nubank. Em mídia e entretenimento, o fluxo de novos nomes e propriedades também segue intenso, segundo ele.

"Tudo que envolve tecnologia tem uma aderência muito grande para o comprador internacional", afirma. "A tecnologia é mais agnóstica e não tão relacionada com o cenário macroeconômico, porque é uma solução que as pessoas precisam".

O mercado de M&A; em 2026

Para Patrick, o cenário tem sido favorável para o mercado de fusões e aquisições, e a expectativa é de um 2026 melhor que 2025. "O Brasil é uma economia muito pujante, muito grande dentro da América Latina como um todo e é um destino que não dá para ficar de fora de alocação de capital", diz.

Um fator que contribui para esse otimismo é o arrefecimento do descompasso entre os valuations que as empresas pediam e o que compradores estavam dispostos a pagar. Por outro lado, Patrick afirma que o mercado passou a precificar melhor ativos que antes eram subvalorizados, como potenciais escaláveis e o valor futuro da tecnologia, exatamente o tipo de ativo intangível em que a Centria se especializou.

Atendendo tanto a estratégicos quanto fundos de investimento, a Centria aposta no relacionamento para fazer bons negócios. Para isso, a boutique desenvolveu uma abordagem que chama de "metodologia de copiloto". Em vez de entrar na jornada do empreendedor apenas no momento da venda, a casa costuma se envolver um ou dois anos antes para

preparar a empresa para a transação.

"A gente entende que tem muitas vezes uma disfunção clássica no modelo do mercado brasileiro, onde você tem um empreendedor genial, mas ele geralmente está sozinho na hora de negociar com capital institucional", explica Patrick. O trabalho envolve construção de tese, valuation, estruturação do deal e fechamento de lacunas de governança e processos internos, garantindo que a empresa chegue à negociação com as estruturas, as pessoas e os fluxos corretos.

"Isso está muito ligado à palavra relacionamento", conclui Patrick. "A gente tem esse relacionamento tanto com os nossos clientes quanto com o lado de fora para garantir o melhor momento e a melhor operação possível para aquele empreendedor, para aquele comprador, dentro daquela janela."

Conteúdo produzido por Startups.

Consumo de games estabiliza e jogadores se preocupam com uso de IA na criação



A Pesquisa Game Brasil (PGB) 2026, principal do ecossistema games brasileiro, divulgada nesta quarta-feira (9), revela um cenário de amadurecimento e recalibragem para o mercado de jogos eletrônicos no país. Após o crescimento atípico registrado no último ano, o setor entra em uma fase de normalização: o percentual de brasileiros que afirmam consumir jogos digitais recuou de 82,8% em 2025 para 75,3% no levantamento atual. O estudo, desenvolvido pelo SX Group e Go Gamers em parceria com a Blend New Research e a ESPM, ouviu 7.115 pessoas entre os dias 5 e 13 de março.

De acordo com Guilherme Camargo, CEO do SX Group e coordenador na ESPM, essa retração não indica perda de relevância, mas sim uma maior clareza regulatória. Ele pontua que, em 2025, a falta de diretrizes específicas levava muitos consumidores a confundirem jogos de azar com jogos digitais. Com a regulamentação do setor de apostas ao longo do último ano, o mercado delimitou fronteiras mais nítidas, separando o entretenimento eletrônico puro das plataformas de apostas, o que resultou em dados mais precisos sobre o comportamento do "gamer" brasileiro. Atualmente, 80,7% dos respondentes consideram os jogos como sua principal forma de entretenimento.

O relatório aponta uma mudança estrutural nas plataformas de preferência. Embora o mobile continue na liderança com 44,1% da preferência devido à sua acessibilidade, nota-se um movimento de migração espontânea para ecossistemas de maior engajamento. O uso de PCs atingiu 21,1% das menções, enquanto os consoles somam 24%. Carlos Silva, CEO

da Go Gamers, observa que o crescimento do PC gamer está diretamente ligado à ascensão da Geração Z (16 a 29 anos), que agora representa 36,5% do mercado, superando oficialmente os Millennials (33,7%). Esse público mais jovem busca sessões de jogo mais longas, competitividade via eSports e um senso de identidade mais profundo com o hardware.

No recorte demográfico, as mulheres mantêm a maioria do público jogador no Brasil, representando 52,8% do total. Economicamente, o mercado é dominado pela classe média (B2, C1 e C2), que compõe 54,9% da base de consumidores. O perfil atual é descrito como mais seletivo e exigente, focando no reconhecimento simbólico do que significa pertencer à comunidade.

A edição de 2026 também introduziu debates sobre fronteiras tecnológicas e direitos de propriedade. O uso de Inteligência Artificial Generativa no desenvolvimento de títulos divide opiniões: embora 39,3% dos jogadores aceitem consumir produtos feitos com auxílio de IA, há uma forte preocupação ética. O levantamento indica que 45,7% temem a precarização do trabalho criativo e 39,6% apontam riscos de violação de **direitos autorais**. Segundo Mauro Berimbau, consultor da Go Gamers, o público não rejeita a tecnologia por si só, mas exige transparência e a manutenção da "alma" dos jogos.

Por fim, a digitalização total do mercado acendeu um alerta sobre a preservação histórica. Com a predominância de serviços em nuvem, 22% dos jogadores afirmam estar muito preocupados com a perda definitiva de acesso aos seus títulos por falta de mídias físicas. Esse receio é fundamentado em um comportamento de consumo nostálgico: 62,6% dos brasileiros costumam visitar jogos clássicos. Para esse público, a compra de um game não é apenas uma transação de acesso temporário, mas um investimento em uma experiência que desejam manter disponível a longo prazo.

Youtubers processam a Apple por usar vídeos para treinar IA sem autorização

Os canais h3h3Productions (que inclui o H3 Podcast e o H3 Podcast Highlights), MrShortGame Golf e Golfholics assinam a denúncia, alegando que a Apple violou deliberadamente a Lei de **Direitos Autorais** do Milênio Digital, conhecida nos EUA pela sigla DMCA, ao burlar os sistemas de proteção do YouTube. O h3h3Productions é conduzido pelo casal Ethan Klein e Hila Klein e acumula milhões de inscritos, enquanto os canais de golfe somam centenas de milhares de seguidores.

Segundo os documentos judiciais obtidos pelo Android Authority, a Apple teria usado um conjunto de dados chamado Panda-70M, que contém aproximadamente 70,8 milhões de cliques de vídeo, para treinar seu modelo de geração de vídeo descrito no artigo científico STIV: Scalable Text and Image Conditioned Video Generation, publicado pela própria empresa no final de 2024. O Panda-70M funciona como um índice apontando para vídeos hospedados no YouTube, o que significa que a Apple precisou baixar os arquivos diretamente dos servidores da plataforma para de fato utilizá-los. Como a Apple teria burlado as proteções do YouTube

A petição descreve cinco mecanismos técnicos que teriam sido contornados pela empresa. O primeiro é uma técnica de criptografia chamada rolling cipher, que oculta a URL real do arquivo de vídeo. A Apple teria então usado máquinas virtuais para alternar continuamente endereços IP dentro de um sistema de monitoramento que bloqueia acessos automatizados em massa, atualizado continuamente URLs de sessão com expiração curta, burlado autenticações CAPTCHA de detecção de bots e falsificado o sistema de tokens que verifica se as requisições partem de reprodutores autorizados.

Os próprios artigos de pesquisa da Apple serviram de prova para os demandantes: a empresa documentou publicamente como montou suas bases de dados, deixando registrado o uso de materiais dos canais envolvidos. A denúncia classifica as práticas como "um ataque inconcebível à comunidade de criadores cujo trabalho alimenta a indústria de IA

generativa sem qualquer remuneração". O que os criadores pedem na Justiça

Os demandantes querem que o juiz ordene o encerramento imediato do uso do conteúdo raspado, além de indenizações previstas na DMCA até o limite legal e o pagamento de honorários advocatícios pela Apple. Como se trata de ação coletiva, qualquer criador norte-americano que tenha sido afetado pelas mesmas práticas pode aderir ao processo.

Um ponto que fragiliza a denúncia, pelo menos por ora: os advogados não descrevem com exatidão qual ferramenta técnica foi usada para cada etapa do processo de coleta, e não apresentam registros concretos das descargas, apenas estimativas. A Apple não se pronunciou publicamente sobre o caso. O contexto maior desta batalha

Esses mesmos três canais já entraram com ações semelhantes contra Meta, Nvidia, ByteDance, Snap, Amazon e OpenAI, todas relacionadas ao uso do Panda-70M. O padrão revela uma estratégia jurídica coordenada para responsabilizar grandes empresas pelo uso não autorizado de conteúdo de criadores no treinamento de IA. Enquanto isso, a Apple atravessa uma reestruturação interna para tentar recuperar o atraso do Siri diante de concorrentes, o que ajuda a explicar a urgência por grandes volumes de dados de vídeo.

A peculiaridade deste caso é que, uma vez que um vídeo é usado para treinar um modelo de IA, não é possível desfazê-lo, o que torna a decisão judicial sobre o uso futuro do conteúdo apenas metade do problema.

Você também deve ler!

Teclado mecânico e mouse gamer sem fio (com dock) com desconto de até 36% para quem leva o setup a sério

HPE obtém licença de patentes oferecidas através do grupo Sisvel Wi-Fi Multimode

A Hewlett Packard Enterprise (HPE) se tornou a mais recente empresa a adquirir uma licença para patentes oferecidas pelo recém-lançado grupo Sisvel Wi-Fi Multimode. Ela se une à Sony Group Corporation, Huawei, Panasonic, Philips e ZTE como licenciadas do programa. As quatro últimas também são licenciadoras, junto com KPN, Mitsubishi Electric, Orange, Aegis 11 SA (uma afiliada da Sisvel), SK Telecom e Wilus.

A HPE tem uma presença significativa no mercado mundial de WLAN, sendo uma fabricante líder de roteadores tanto para consumidores como para empresas. O acordo com a Sisvel foi fechado de modo amigável.

O grupo Sisvel Wi-Fi Multimode é o sucessor do programa de patentes Sisvel Wi-Fi 6. Ao longo de três anos, foram assinados acordos com quase 40 empresas, incluindo Acer, Netgear, Cisco e HP.

Abrangendo tanto o Wi-Fi 7 como o 6, o programa Multimode oferece uma forma eficiente de acessar direitos essenciais de Wi-Fi durante os próximos anos.

"Temos o prazer de dar as boas-vindas à Hewlett Packard Enterprise como a mais recente licenciada do grupo Sisvel Wi-Fi Multimode", disse Meagan Leslie, Assessora Jurídica e de Licenciamento, que liderou a negociação para a Sisvel. "Agradecemos à equipe da HPE pela atitude construtiva e sua cooperação constante durante todo o processo. Foi uma negociação complexa, mas que resultou positiva para todas as partes envolvidas."

"A entrada da HPE como licenciada no grupo Wi-Fi Multimode é uma grande validação para o programa", disse Heath Hoglund, Diretor de **Propriedade Intelectual** da Sisvel. "O fato de o acordo ter sido fechado de modo amigável não só demonstra o profissionalismo e a competência de todos os envolvidos na negociação, como também o valor que o grupo oferece a longo prazo. Estou confiante de que receberemos mais licenciados em breve."

Sobre a Sisvel

A Sisvel é movida pela crença na importância da colaboração, da engenhosidade e da eficiência para atender às necessidades dos detentores de **patentes** e daqueles que desejam acessar suas tecnologias. Em um mercado complexo e em constante evolução, nosso princípio orientador é criar condições equitativas por meio do desenvolvimento e da implementação de soluções de comercialização flexíveis e acessíveis.

Sisvel | We Power Innovation

O texto no idioma original deste anúncio é a versão oficial autorizada. As traduções são fornecidas apenas como uma facilidade e devem se referir ao texto no idioma original, que é a única versão do texto que tem efeito legal.

Ver a versão original em [businesswire.com:https://www.businesswire.com/news/home/20260408554303/pt/](https://www.businesswire.com/news/home/20260408554303/pt/)

Contato para a mídia

Giulia Dini

Diretora Executiva de **Marcas**

Tel: +34 93 131 5570

giulia.dini@sisvel.com

Ícones dos anos 70, chicletes Ping Pong e Ploc têm registros cancelados após anos fora do mercado



INPI aprovou pedidos de caducidade das marcas após comprovar que produtos não eram vendidos desde 2015 no Brasil

O Instituto Nacional de **Propriedade Intelectual (INPI)** aceitou dois pedidos de caducidade das marcas de chiclete Ping Pong e Ploc, que marcaram gerações por volta dos 1970 a 2000. Os pedidos de caducidade foram feitos pela ASC Brands & Entertainment **Marcas**, Consultoria e Produtos Ltda, que tem interesse em registrar as duas marcas.

Receba as principais notícias direto no WhatsApp! Inscreva-se no canal do Terra

Os chicletes Ploc e Ping Pong estavam sob registro da Intercontinental Great Brands LLC, que é uma

subsidiária da Mondelez Brasil, dona de marcas famosas como Lacta, Oreo, Club Social e mais. Para aprovar a caducidade, o **INPI** considerou o tempo que as marcas ficaram fora do mercado. Segundo a decisão, a última vez em que os chicletes foram vendidos no Brasil foi em novembro de 2015.

De acordo com a Lei de **Propriedade Intelectual**, um registro pode ser questionado quando uma companhia deixa de usar a marca por pelo menos cinco anos consecutivos ou se a marca for utilizada em outro ramo do que a que foi registrada.

A Intercontinental Great Brands chegou a pedir pelo indeferimento do pedido, alegando que havia um projeto de relançamento do Ploc e Ping Pong no mercado. Mas o **INPI** afirmou que não houve envio de documentos adicionais que comprovassem o uso das marcas para os produtos mencionados.

O chiclete Ping Pong fez história no Brasil, tendo sido lançado ainda em 1945, pela Kibon. Ele foi o primeiro chiclete de bola vendido no País. Depois, veio o Ploc, que passou anos como concorrente do Ping Pong. Ambos os chicletes fizeram sucesso com as figurinhas colecionáveis.

Uma Embrapa para a biodiversidade brasileira



A produtividade agrícola brasileira cresceu 110% desde a década de 70, gerando um retorno de R\$ 17 para cada R\$ 1 investido, graças à pesquisa adaptada às condições ecológicas locais

*Por David Canassa

Um recente estudo de pesquisadores do MIT revelou que a Embrapa, criada em 1973, elevou a produtividade agrícola brasileira em 110%, gerando um retorno de R\$ 17 para cada R\$ 1 investido, graças à pesquisa adaptada às condições ecológicas locais do país.

O Brasil deixou de ser um importador de alimentos, e a partir do final dos anos 1980, atingiu superávit e hoje é um dos maiores exportadores mundiais de diversos produtos do agronegócio.

Era senso comum antes da criação da Embrapa que o Cerrado brasileiro era improdutivo, assim como diversas outras localidades do país. Foi a pesquisa de laboratório e de campo, realizada com consistência ao longo de décadas, que possibilitou reverter esse cenário e criar inovações que geraram outras economias ao país, tal como a fixação biológica do nitrogênio.

Estima-se que somente na safra 2022/23, US\$ 15 bilhões foram economizados em fertilizantes, pois as bactérias, que fazem parte da biodiversidade, fizeram esse papel.Â

Se essa revolução que impactou o mundo positivamente foi feita para culturas básicas como soja, milho e arroz, o que poderia ser feito direcionando

esses esforços para o potencial da biodiversidade brasileira?

Há um primeiro nível de uso da biodiversidade, que vem da coleta de seus produtos. Temos muitos produtos nesse contexto, por exemplo, seivas e sementes. Dentre eles, podemos destacar como exemplo a castanha do Brasil (ou do Pará), um produto internacionalmente aceito, com mercado consolidado e cujo maior exportador é a Bolívia.

O país fatura algo em torno de US\$ 150 milhões/ano, enquanto o Brasil chega em torno de US\$ 40 milhões/ano, mesmo tendo seis vezes mais floresta amazônica.

Porém, esse é um exemplo que demonstra a falta de visão de governo e empreendedores para criar cadeias produtivas que funcionem de maneira eficaz. Nesse exemplo, não é tão necessário um desenvolvimento relacionado à pesquisa, pois a riqueza está disponível na floresta.

É uma questão de estruturar o funcionamento do negócio e gerar as oportunidades para uma região carente de negócios e desenvolvimento inclusivo. A castanha é somente um dos produtos conhecidos para uso direto. Quantos mais existem nos diferentes biomas brasileiros, que ainda não são de conhecimento amplo?

O segundo nível já implica em processar esses insumos da biodiversidade, aproveitando características para aumentar seu valor na cadeia de negócios. Apesar de desafios como regulamentação, exemplos como a extração de seivas, que são utilizadas para diversas finalidades, da indústria química, cosmética, farmacêutica e fitoterápicos, mostram o caminho.

Um dos exemplos é a copaíba, de onde o quilo in natura vale em torno de R\$ 15, e seu extrato purificado pode ser utilizado como anti-inflamatório veterinário a valores que superam os R\$ 5 mil/kg

Estima-se que na Amazônia existam em torno de 100 espécies conhecidas que produzem látex, resinas e gomas. Na Mata Atlântica, o número de espécies conhecidas gira em torno de 30.

Quando se verifica que existem entre Amazônia e Mata Atlântica, que são os biomas mais biodiversos que temos, que o total de árvores de diferentes espécies chega a mais de 7 mil, começa-se a notar o imenso potencial de pesquisa relacionada somente a produtos não madeireiros que não foi realizada, e quantos dos problemas mundiais poderiam ser resolvidos com esses insumos.

Para visualizar os níveis de valor agregado:

No nível 1, temos a castanha, que apresenta baixo valor agregado por ser comercializada in natura. No nível 2, aparece a copaíba, cujo valor agregado é alto, podendo chegar a cerca de R\$ 5 mil por quilo quando purificada. Já no nível 3, encontram-se os genes do arroz, que representam um valor agregado revolucionário, com potencial de aumentar a produtividade em mais de 15%.

Além disso, deve-se observar que não é necessário pensar somente no extrativismo nas florestas. Há diversas experiências bem-sucedidas que mostram que a integração lavoura-pecuária e floresta, assim como outros sistemas agroflorestais, pode incorporar árvores com viés produtivo. São mais comuns as implementações para o potencial madeireiro e com árvores exóticas.

Um foco em pesquisa e desenvolvimento, integrado com cadeias de negócios, possibilitaria uma diversificação nessa situação, trazendo novas e rentáveis oportunidades para produtores. Além disso, outra frente quase não explorada é o potencial de enriquecer a reserva legal obrigatória das propriedades rurais com espécies de alto valor agregado.

Uma iniciativa como essa faria com que essa parte das propriedades rurais, que hoje é vista como um custo e um risco (principalmente relacionado a incêndios e invasão), se transformasse em atividade produtiva e assim contribuísse para o aumento do valor agregado do agronegócio. Algumas propriedades já estão usando essa possibilidade para produção de cacau.

A terceira possibilidade, que faz parte da discussão da Convenção da **Diversidade Biológica** da ONU e que está contemplada na legislação brasileira, trata do potencial da informação genética.

Determinadas características de alguns seres da biodiversidade podem resolver problemas diversos. Esse é um tema que gera debates acalorados, mas de fato já está acontecendo. A Embrapa foi protago-

nista em uma iniciativa de melhoramento do arroz cultivado, usando genes de outra espécie de arroz silvestre que ocorre no Pantanal e Amazônia.

A empresa desenvolveu linhagens híbridas que aumentaram em mais de 15% a produtividade, reduziram a incidência de doenças e a necessidade de agroquímicos.

Fazendo um comparativo com o projeto Genoma Humano, estima-se que esse mapeamento gerou para cada dólar investido entre US\$ 65-178 em atividades econômicas, além de fomentar diversas cadeias de negócios que antes não existiam.

O quanto o mapeamento genético de nossas espécies pode trazer de retorno? E aqui não se trata somente de árvores, mas de fungos, todos os seres no solo e todas as espécies vegetais e animais.

Há exemplos louváveis acontecendo no Brasil nesse sentido, de buscar a valorização e geração de negócios com a biodiversidade. Em Belém, durante a COP Clima no ano passado, foi inaugurado o Parque de Bioeconomia e Inovação da Amazônia, que é um laboratório junto com equipamentos para prototipagem e produção em pequena escala de produtos da biodiversidade.

Também é digno de nota o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, que desde 1952 faz pesquisas com foco na conservação das espécies.

Claro, há desafios a superar, como combater a **biopirataria**, agilizar patentes e evitar o desmatamento. Mas esses obstáculos reforçam a necessidade de investimentos públicos coordenados, que protejam nossa riqueza enquanto geram prosperidade.

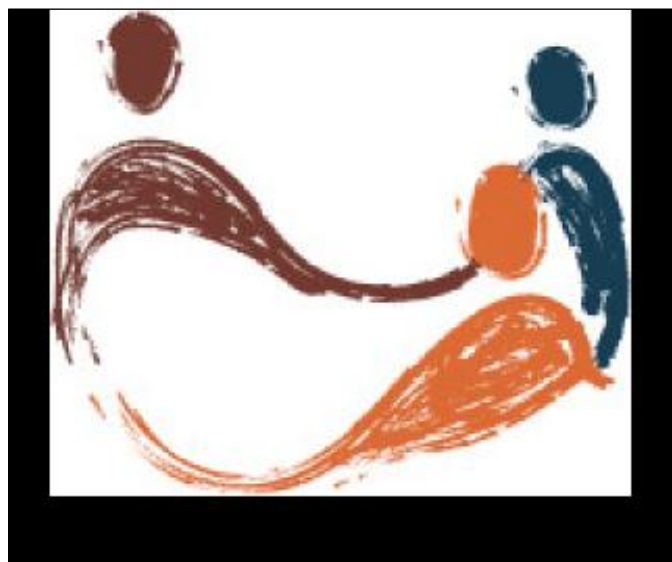
E essa é a questão: uma das formas de manter as florestas brasileiras, que prestam serviços para o agronegócio e para as populações das cidades (como a produção de chuvas), implica gerar valor por meio da biodiversidade, e para tal é preciso foco em pesquisa e desenvolvimento de cadeias produtivas.

E se criássemos uma "Embrapa da Biodiversidade" agora? Pois conservar não significa "não mexer". Como diz nossa legislação, conservar implica fazer o manejo sustentável da natureza, mantendo seus benefícios atuais e futuros.

*David Canassa é especialista em sustentabilidade estratégica, com foco em energia, mercados de carbono e capital natural. Fundador da David Canassa Strategy & Advisory, consultoria para

líderes que transformam complexidade climática
em valor competitivo.

O que esperar com o fim da patente do Ozempic?



Talvez você goste também de:

O mercado farmacêutico brasileiro entra em nova fase com o fim da patente do Ozempic. O medicamento à base de semaglutida é indicado para o tratamento do diabetes tipo 2 e, posteriormente, passou a ser receitado também para controle de peso. Com o fim da exclusividade, abre-se caminho para medicamentos genéricos e similares, o que pode impactar os preços. No entanto, ainda não há aprovação da Anvisa para produção nacional.

Mas primeiro, é preciso entender o motivo do fim da **patente**. Conforme o artigo 40 da Lei da **Propriedade Industrial**, as **patentes** de invenção vigoram pelo prazo de 20 anos. No caso da semaglutida, o depósito ocorreu em março de 2006. Apesar dos reiterados pedidos de prorrogação pela empresa titular, a farmacêutica Novo Nordisk, o prazo máximo legal de proteção foi respeitado. Na prática, com isso, a molécula semaglutida passa a integrar o domínio público no Brasil.



Logo com foto da Luana Araújo

A entrada efetiva de concorrentes no mercado, contudo, depende da obtenção de aprovação sanitária e de fatores econômicos e estratégicos. Para a produção e a disponibilização de medicamentos no mercado, a empresa deve conseguir o registro junto à Anvisa, que procederá à avaliação dos requisitos de segurança, eficácia e qualidade.

Qual a chance de chegar ao SUS?

O fim da patente abre portas, mas não garante que o medicamento chegará ao público com preços mais acessíveis. E, para integrar o sistema público de saúde, o caminho tende a ser longo. O processo começa com a Anvisa aprovando o uso e depois passa pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED), responsável pela precificação.



Para o produto ser ofertado no sistema público, pacientes, empresas, universidades ou o governo precisam demandar uma avaliação oficial, feita pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (Conitec). É ela a responsável por asse-

gurar ao Ministério da Saúde a importância de o medicamento ser incluído.

Nesta etapa, conforme a Lei Nº 12.401, são avaliados: análise das evidências científicas;



estudos de impactos econômicos;

custo-efetividade;

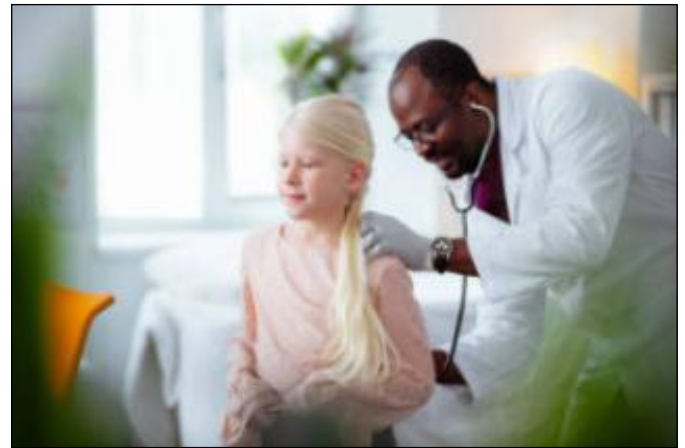
segurança do medicamento;



consultas públicas;

benefícios clínicos.

A partir disso, o órgão tem 180 dias para emitir uma recomendação positiva ou negativa ao Ministério da Saúde. Em caso de aprovação, a decisão é publicada em uma portaria oficial e o governo tem mais 180 dias para disponibilizar a tecnologia no SUS.



Gargalo industrial

O desafio vai além. A cadeia produtiva brasileira ainda depende muito do exterior. Conforme o Ministério da Saúde, mais de 90% dos insumos farmacêuticos ativos (IFA) utilizados no Brasil são importados. As IFAs são substâncias essenciais para a função terapêutica do medicamento e poucas indústrias no Brasil investem na fabricação desses insumos, o que adiciona mais uma barreira no acesso ao medicamento. Assim, até o momento, mesmo com o fim da patente, o mercado nacional não está preparado para produzir o medicamento da mesma forma como ele é produzido hoje pelo laboratório original.

Entretanto, algumas empresas nacionais já estão preparadas para a produção sintética da droga, processo que precisa ainda ser avaliado e aprovado pela Anvisa para comercialização no país. O ano de 2026 ainda promete importantes novidades neste cenário.

Como as novas drogas estão transando o tratamento da obesidade

Referências:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112401.htm

<https://sindusfarma.org.br/noticias/empresas-foco/exibir/24380-pilar-da-economia-industria-farmaceutica-nacional-ainda-enfrenta-dependencia-de-ifas>

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2026-01/estudo-mostra-que-maioria-da-populacao-brasileira-tem-excesso-de-peso>

INPI bate recorde em pedidos de marcas em 2025



Análises e bastidores exclusivos sobre o mundo dos negócios e das finanças

Compartilhe essa matéria:

O crescimento recorde nos pedidos de marcas em 2025, divulgado pelo **Instituto Nacional da Propriedade Industrial**, indica uma mudança estrutural no comportamento das empresas no país. Os depósitos cresceram 7,9% e ultrapassaram pela primeira vez a marca de 500 mil em um único ano. No

escritório Montauray Pimenta, Machado & Vieira de Mello, o avanço foi significativamente superior à média nacional com um aumento na ordem de 91%, além de alta de 106% nos depósitos, refletindo a centralidade crescente dos ativos intangíveis na estratégia de expansão e posicionamento competitivo.

Segundo especialistas do escritório, o movimento também se estende ao exterior, ainda que sem dados consolidados oficiais. Há percepção de forte crescimento na busca por proteção de marcas fora do país, acompanhando a expansão das exportações brasileiras. Em 2025, o Brasil atingiu o recorde de 29 818 empresas exportadoras, segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), o que tem levado companhias, especialmente de pequeno e médio porte, a ampliar o registro de marcas em novos mercados e a intensificar tanto o planejamento prévio quanto o contencioso.

Fruta patenteada: por que plantar uma variedade protegida pode render multa e até prisão



Saiba o que é uma "cultivar protegida" e por que o plantio irregular pode ser crime de **propriedade intelectual**

Em Lérida, na Espanha, um produtor rural precisou prestar depoimento e foi multado em 288 mil euros (cerca de R\$ 1,8 milhão) por plantar e vender uma patenteada sem ter pago autorização para isso.

A que causou a condução do fazendeiro é uma variedade de nectarina, a , de propriedade da empresa francesa Agreo Selections Fruit. Na apuração da Guarda Civil foram colhidas amostras de 5 mil árvores na plantação do agricultor.

Uma em si (no estado natural) normalmente não é patenteada; o que se protege é a variedade vegetal ou uma tecnologia/invenção ligada a ela, e usar isso sem autorização vira violação de direito de **propriedade intelectual**, que pode gerar multa e até crime.

Em muitos países, a empresa registra a variedade como protegida ou como invenção (por exemplo, um cruzamento específico, uma característica genética, um processo de obtenção), o que dá exclusividade de uso comercial por um tempo.

No Brasil, não se concede patente para "bruta", mas é possível ter patente sobre processos, usos, extratos ou melhoramentos, e também proteção de em lei própria.

Quem multiplica (por muda, enxertia etc.) e comercializa uma variedade protegida sem autorização e sem pagar royalties está explorando economicamente um bem que tem dono jurídico.

Em países como a Espanha, a lei prevê que a exploração não autorizada de variedades protegidas pode configurar crime, com pena de 1 a 3 anos de prisão e multa que pode chegar a 288 mil euros no caso da Nectadiva.

Impasse na cobrança de royalties da soja deve ter desdobramento em Brasília



Após audiência pública na Câmara dos Deputados, ficou acertada a criação de um grupo para tratar de uma possível negociação

A jornalista Carolina Pastl colabora com a colunista Gisele Loeblein, titular deste espaço.

A cobrança de royalties sobre a soja transgênica voltou ao centro do debate, e, desta vez, com promessa de desdobramentos em Brasília. A audiência pública realizada nesta quarta-feira (8), na Câmara dos Deputados, não encerrou o impasse, mas sinalizou uma tentativa de organizar uma negociação que, até aqui, tem sido marcada por disputas judiciais.

Proponente do encontro, o deputado federal Heitor Schuch classificou a audiência como "muito produtiva", apesar das divergências. Ao longo do encontro, vieram à tona questionamentos recorrentes do setor produtivo, especialmente sobre cobranças consideradas indevidas, envolvendo patentes que, segundo produtores, já teriam expirado.

- Precisamos construir um acordo que devolva tranquilidade ao produtor, para que ele possa trabalhar, produzir e fazer a sua parte - defendeu Schuch.

Debate sobre cobrança de royalties da soja chega a Brasília Debate sobre royalties da soja transgênica chega à Assembleia do RS e vai à Câmara em Brasília "O royalty não é sobre a patente, é sobre a tecnologia", diz executivo da Bayer sobre tema que tem virado batalha judicial no RS

Diante desse cenário, a Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados deve estruturar um novo

espaço de negociação. A proposta é criar um fórum permanente, possivelmente por meio de uma comissão externa formada por parlamentares, para centralizar o diálogo com entidades e buscar uma saída política para o impasse. Schuch deve tratar do tema nos próximos dias com o presidente da Comissão, deputado Luiz Nishimori.

Enquanto isso, a Bayer sustenta que a cobrança está amparada na legislação e nos contratos firmados com os produtores no momento da adoção da tecnologia. Durante a audiência, a empresa reforçou que a remuneração é necessária para garantir a continuidade dos investimentos em inovação.

Representando a **Associação Brasileira de Propriedade Intelectual**, Luiz Henrique do Amaral rebateu as críticas sobre cobrança indevida:

- Negamos veementemente que haja cobrança sobre patentes vencidas - afirmou, acrescentando que há patentes ainda em vigor e outras em discussão no Judiciário, inclusive no Superior Tribunal de Justiça.

Entenda o caso

A insatisfação do setor tem aparecido de forma recorrente, como em manifestação durante a Expodireto Cotrijal, e também motiva processos judiciais sobre o tema. Na semana retrasada, a Justiça gaúcha derrubou uma liminar que suspendia de forma temporária a cobrança, até a análise do mérito, em ação movida por três produtores gaúchos.

Enquanto a Bayer, detentora da tecnologia, defende a legalidade do processo, entidades e parlamentares entendem que a cobrança, atualmente, está inviável em meio à crise no campo.

Leia mais colunas de Gisele Loeblein

Índice remissivo de assuntos

ABPI	16
Direitos Autorais	1,2,5,6
Marcas	1,2
Marco regulatório INPI	1,2,8,14
Patentes	1,2,7,12,13
Pirataria Biopirataria	9,10,11
Propriedade Industrial	1,2,12,13,14
Propriedade Intelectual	1,2,3,4,7,8,15,16